

# Sumário

## TÍTULO I

### INTRODUÇÃO ÀS TÉCNICAS DE EXECUÇÃO FORÇADA

<b>Capítulo I – AS VIAS DE EXECUÇÃO NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO.....</b>	<b>1</b>
1. Tutelas jurisdicionais.....	1
2. Breve histórico da ação executiva.....	1
3. As sucessivas reformas do processo civil brasileiro, que culminaram com a abolição da <i>actio iudicati</i> , no campo do cumprimento das sentenças, e com a implantação em caráter geral da <i>executio per officium iudicis</i> (sistema mantido pelo CPC/2015).....	4
4. A modernização da execução do título extrajudicial .....	8
5. Principais inovações da execução do título extrajudicial e direito intertemporal .....	8
6. Vias de execução disponíveis no moderno processo civil brasileiro .....	10
6.1. Uma via alternativa moderna: a autotutela executiva.....	12
6.2. A autotutela satisfativa e a vedação ao pacto comissório .....	13
6.3. A convenção processual na execução .....	15
6.4. Execução de sentenças coletivas e que interferem em políticas públicas.....	16
I – O denominado processo estrutural e as decisões que interferem em políticas públicas .....	16
II – A execução da sentença proferida em processo estrutural: execução em etapas	18
III – Execução de ações coletivas complexas.....	19
6.5. Tendência à desjudicialização da execução civil .....	20
7. Nova estrutura do presente livro .....	21

## TÍTULO II

### O PROCESSO DE EXECUÇÃO DISCIPLINADO PELO LIVRO II DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

<b>Capítulo II – EXECUÇÃO FORÇADA.....</b>	<b>23</b>
8. Processo de execução.....	23
9. Evolução histórica da execução .....	24
10. A execução no direito brasileiro.....	26
11. Tendências do processo de execução no direito brasileiro .....	27
12. Opção entre ação executiva e ação cognitiva.....	29

13.	Meios de execução.....	32
14.	Ampliação do uso dos meios coercitivos pelo CPC/2015 (medidas atípicas).....	33
15.	Modalidades dos meios de execução.....	36
16.	Natureza do processo de execução.....	37
17.	Processo de execução e processo de conhecimento. Diferenças essenciais.....	38
18.	Autonomia do processo de execução.....	41
19.	Autonomia da execução e as reformas do CPC de 1973.....	42
20.	A execução forçada no atual Código de Processo Civil.....	42
21.	Objetivo da execução.....	43
22.	Condições e pressupostos da execução.....	44
23.	A função do título executivo.....	45
24.	Princípios informativos do processo de execução.....	47
24-A.	A execução e o princípio da duração razoável.....	52
25.	As várias modalidades de execução.....	52
26.	Atos de execução.....	53
27.	Relação processual executiva.....	54
27-A.	Demanda executiva.....	55
28.	Citação executiva.....	56
28-A.	Audiência de conciliação ou mediação.....	56
29.	Princípio da oficialidade.....	56
29-A.	Princípio da cooperação e impulso oficial da execução.....	57
29-B.	Princípio do contraditório.....	58
	<b>Capítulo III – ELEMENTOS DO PROCESSO DE EXECUÇÃO.....</b>	<b>60</b>
30.	Visão dinâmica e estática do processo.....	60
31.	Classificação dos elementos do processo.....	60
	I – Subjetivos.....	61
	II – Objetivos.....	61
32.	Objeto da execução.....	61
	<b>Capítulo IV – AS PARTES NO PROCESSO DE EXECUÇÃO (I).....</b>	<b>62</b>
33.	Conceito.....	62
34.	Legitimação ativa.....	62
35.	Legitimação ativa originária.....	63
	I – Credor conforme o título executivo.....	63
	II – Legitimação extraordinária do Ministério Público.....	64
36.	Litisconsórcio e assistência no processo de execução.....	64
37.	Legitimação ativa derivada ou superveniente.....	65
38.	Espólio.....	66
39.	Herdeiros e sucessores.....	67
40.	Momento da sucessão.....	68
41.	Cessionário.....	68

42.	Sub-rogado .....	70
43.	Situações especiais: massa falida, condomínio e herança jacente ou vacante .....	71
44.	Terceiros interessados .....	71
45.	Desnecessidade de consentimento do executado para o exercício da legitimidade ativa superveniente.....	71
<b>Capítulo V – AS PARTES NO PROCESSO DE EXECUÇÃO (II) .....</b>		<b>73</b>
46.	Legitimação passiva .....	73
46-A.	Dívida e responsabilidade .....	73
47.	O devedor .....	74
48.	O devedor em regime de recuperação judicial.....	75
49.	Sucessores.....	76
	I – Espólio .....	76
	II – Herdeiros .....	77
	III – Representação do espólio.....	77
	IV – Sucessores <i>causa mortis e inter vivos</i> .....	77
	V – Sucessão entre empresas .....	78
	VI – A defesa que nega a sucessão.....	78
	VII – Desconsideração da personalidade jurídica.....	79
50.	O novo devedor .....	81
51.	Fiador judicial.....	82
52.	Fiador extrajudicial .....	83
53.	Responsável titular do bem vinculado por garantia real ao pagamento do débito ....	85
54.	Responsável tributário .....	86
55.	Denúnciação da lide.....	91
56.	Chamamento ao processo .....	91
56-A.	Intervenções de terceiro cabíveis no processo de execução.....	94
	I – Desconsideração da personalidade jurídica (CPC, arts. 133 a 137).....	94
	II – <i>Amicus curiae</i> (CPC, art. 138).....	94
	III – Recurso de terceiro prejudicado (CPC, art. 996).....	95
	IV – Algumas intervenções de terceiro específicas da execução .....	95
57.	Litisconsórcio.....	96
58.	Intervenção de curador especial ao executado revel .....	97
<b>Capítulo VI – CÚMULO DE EXECUÇÕES E RESPONSABILIDADE CIVIL DO EXEQUENTE.....</b>		<b>99</b>
59.	Cúmulo objetivo de execuções .....	99
60.	Cumulação sucessiva de execuções.....	101
61.	Cúmulo subjetivo .....	101
	61.1. Cooperação judiciária para reunião de execuções contra o mesmo devedor	102
62.	Responsabilidade civil decorrente de execução indevida .....	102
63.	Concurso de execução forçada e ação de conhecimento sobre o mesmo título.....	103

<b>Capítulo VII – COMPETÊNCIA</b> .....	107
64. Juízo competente para a execução.....	107
65. Execução de sentença.....	107
66. Competência para execução de títulos extrajudiciais.....	108
67. Competência para a execução fiscal .....	109
68. Título executivo extrajudicial estrangeiro.....	110
69. Competência para deliberação sobre os atos executivos e os atos de apoio à execução .....	110
70. Competência internacional. Execução de sentenças e decisões interlocutórias estrangeiras .....	111
 <b>Capítulo VIII – REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA REALIZAR QUALQUER EXECUÇÃO</b> .....	 113
71. Requisitos específicos da execução forçada .....	113
72. Inadimplemento do devedor .....	114
73. Inadimplemento em contrato bilateral.....	115
74. Título executivo .....	117
74-A. Natureza do título executivo .....	117
75. Conteúdo do título executivo .....	118
75.1. Conteúdo do título executivo: obrigação certa, líquida e exigível .....	119
75.2. Função do título executivo .....	121
75.3. Efeito prático do título executivo .....	122
75.4. Admissibilidade e mérito da execução .....	123
75.5. Inocorrência de coisa julgada material, em regra, no ato judicial que encerra a execução .....	124
76. Forma dos títulos executivos .....	125
77. Execuções de dívida de pequeno valor perante Conselho de Classe.....	126
 <b>Capítulo IX – TÍTULOS EXECUTIVOS EXTRAJUDICIAIS</b> .....	 127
78. Execução de sentença e ação executiva .....	127
79. Impossibilidade de conversão de execução forçada em ação ordinária de cobrança. ....	127
80. Posição do título executivo extrajudicial no atual regime processual brasileiro.....	128
81. Classificação.....	129
82. Títulos cambiários e cambiariformes.....	130
83. Duplicata .....	132
I – Duplicata sem aceite .....	132
II – Pluralidade de notas fiscais e faturas.....	136
III – Duplicata emitida sob forma virtual.....	136
83-A. Cambial vinculada a contrato .....	137
83-B. Transferência de títulos cambiários nas operações de <i>factoring</i> .....	137
I – Sistemática da operação .....	137
II – Cessão de crédito e não endosso cambiário .....	137

	III – Contrato de mútuo feneratício ajustado por empresa de <i>factoring</i> .....	138
	IV – Fundos de investimento em direitos creditórios e operações de <i>factoring</i> .....	138
84.	Boleto bancário.....	139
85.	Registro fiscal das cambiais.....	139
86.	Responsáveis cambiários .....	140
	I – Tipicidade das coobrigações cambiárias .....	140
	II – O cheque e as coobrigações.....	141
	III – O cheque pós ou pré-datado.....	141
	IV – O cheque e a solidariedade nas contas conjuntas .....	141
	V – O cheque e o prazo legal de apresentação ao sacado .....	142
	VI – O endosso da cambial vencida .....	142
	VII – Algumas particularidades do aval cambiário .....	142
87.	Título cambial prescrito.....	143
88.	Cambial cedida a empresa de <i>factoring</i> .....	144
89.	Documento público ou particular.....	146
	89.1. Contrato eletrônico de mútuo.....	149
89-A.	Decisão do Tribunal de Contas .....	149
90.	Contrato com convenção arbitral.....	150
91.	Confissões de dívida .....	150
92.	O instrumento de transação referendado por conciliador ou mediador credenciado por tribunal .....	151
93.	Hipoteca, penhor, anticrese e caução.....	151
94.	Execução hipotecária .....	153
	I – Alienação do imóvel hipotecado.....	153
	II – Abandono do imóvel.....	154
	III – Remição pelo adquirente.....	154
	IV – Remição pelo executado.....	154
	V – Adjudicação pelo credor .....	155
	VI – Superposição de hipotecas sobre o mesmo imóvel.....	155
95.	A execução hipotecária extrajudicial do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) ....	155
96.	Superposição de hipotecas sobre o mesmo imóvel.....	156
97.	Remição da hipoteca e pagamento do débito hipotecário pelo novo proprietário do imóvel.....	157
98.	A hipoteca e a prescrição.....	158
99.	Classificação das garantias. Cauções reais e fidejussórias.....	158
100.	Fiança .....	159
101.	Extensão da caução fidejussória .....	161
102.	Seguros.....	162
103.	Rendas imobiliárias.....	163
104.	Encargos de condomínio.....	165
105.	O crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício, previstas na respectiva convenção ou aprovadas em assembleia geral.....	166

105.1. Legitimação passiva para a execução das contribuições condominiais .....	166
106. Dívida ativa da Fazenda Pública.....	167
107. Certidão expedida por serventia notarial ou de registro relativa a valores de emolu- mentos e outras despesas devidas pelos atos por ela praticados.....	171
108. Títulos executivos definidos em outras leis .....	171
108.1. Inovações da Lei n. 13.986/2020.....	172
109. Decisões dos Tribunais de Contas.....	172
110. Contrato administrativo e nota de empenho .....	173
111. Cédulas de crédito rural .....	173
111.1. Lei do Agronegócio .....	174
112. Outras cédulas de crédito .....	176
112-A. A nota comercial: um novo título de crédito escritural .....	177
113. Títulos estrangeiros.....	178
114. Contrato de abertura de crédito .....	179
115. Conclusões .....	184
116. Invalidação do título executivo.....	185
<b>Capítulo X – CERTEZA, LIQUIDEZ E EXIGIBILIDADE DA OBRIGAÇÃO CONS- TANTE DO TÍTULO EXECUTIVO .....</b>	<b>188</b>
117. Requisitos da obrigação retratada no título executivo .....	188
118. Conceito de certeza, liquidez e exigibilidade.....	188
119. Liquidação dos títulos executivos .....	190
120. Iliquidez parcial da sentença.....	190
121. Prestações de trato sucessivo .....	191
121.1. O procedimento a ser observado na satisfação das prestações sucessivas.....	192
121.2. Cessaç�o da execu�o das presta�es sucessivas.....	193
121.3. T�tulos que permitem a execu�o continuada de obriga�es de trato suces- sivo.....	194
121.4. Execu�o de aluguel provis�rio estabelecido em a�o revisional .....	194
<b>Cap�tulo XI – EXECU�O PROVIS�RIA E DEFINITIVA .....</b>	<b>196</b>
122. Procedimento da execu�o for�ada .....	196
123. Observa�es sobre a peti�o inicial .....	197
124. Execu�o provis�ria de t�tulo extrajudicial.....	198
<b>Cap�tulo XII – RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL.....</b>	<b>200</b>
125. Obrigac�o e responsabilidade.....	200
125.1. Extens�o da responsabilidade patrimonial do devedor.....	201
I – Bens presentes e futuros.....	201
II – Bens exclu�dos da responsabilidade patrimonial .....	202
III – Bens de empresa individual de responsabilidade limitada.....	202
126. Responsabilidade e legitima�o passiva para a execu�o.....	202

127.	Responsabilidade executiva secundária .....	202
128.	Sucessor singular .....	203
	I – Alienação do bem litigioso .....	203
	II – Ampliação do regime aplicável à alienação do bem litigioso .....	204
	III – Boa-fé do adquirente .....	204
	IV – Posição processual do terceiro adquirente.....	204
	V – Necessidade de intimação do terceiro adquirente.....	205
	VI – Defesa do terceiro adquirente.....	205
129.	Sócio.....	205
130.	Desconsideração da personalidade jurídica .....	208
	I – Desconsideração direta .....	208
	II – Desconsideração invertida .....	209
131.	Bens do devedor em poder de terceiros .....	209
132.	Dívida de cônjuge ou companheiro: tutela da meação.....	210
133.	Dívida do condomínio: responsabilidade dos condôminos .....	210
134.	Fraude de execução .....	211
135.	Bens objeto de ação fundada em direito real ou de pretensão reipersecutória (inciso I) .....	213
136.	Bens vinculados a processo de execução (inciso II) .....	214
137.	Bens sujeitos à hipoteca judiciária ou outro ato de constrição judicial (inciso III)....	216
138.	Alienação que produz ou agrava a insolvência do devedor, na pendência de processo (inciso IV) .....	218
	138.1. Defesa do terceiro adquirente .....	219
139.	Demais casos expressos em lei (inciso V) .....	219
140.	Visão pretoriana atual da fraude de execução .....	221
	I – Generalidades .....	221
	II – Jurisprudência formada ao tempo do CPC de 1973 .....	222
	III – Regime do CPC de 2015.....	222
141.	Fraude à execução e má-fé .....	223
142.	Momento de configuração da fraude à execução.....	223
143.	A fraude por meio de negócio financeiro .....	224
144.	A aplicação da teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova à fraude de execução .....	225
145.	A posição do terceiro adquirente em face da execução.....	226
146.	Fraude à execução e desconsideração da personalidade jurídica .....	227
147.	Fraude de execução e bem de família .....	229
148.	Penhorabilidade excepcional do bem de família.....	230
149.	Credor titular de direito de retenção .....	232
150.	Execução contra o fiador.....	233
151.	Falecimento do devedor .....	233
152.	Execução que tenha por objeto bem gravado com direito real de superfície.....	234
153.	Execução que envolva o direito real de laje.....	235

154.	A Lei n. 13.097/2015 e a fraude à execução .....	235
155.	A defesa do responsável executivo secundário.....	236
	Fluxograma n. 1 – Redirecionamento da execução para terceiro adquirente da coisa litigiosa (art. 790) .....	239
	Fluxograma n. 2 – Redirecionamento da execução por quantia certa, no caso de alienação em fraude à execução, do bem penhorado ou penhorável (art. 792) .....	240
	<b>Capítulo XIII – DISPOSIÇÕES GERAIS</b> .....	241
156.	Normas do processo de conhecimento .....	241
157.	Ação declaratória incidental .....	242
158.	Poderes do juiz no processo de execução.....	243
159.	Coibição dos atos atentatórios à dignidade da Justiça.....	245
160.	Encargos da sucumbência: custas e honorários advocatícios.....	248
160-A.	Honorários advocatícios na desistência da execução .....	250
	<b>Capítulo XIV – AS DIVERSAS ESPÉCIES DE EXECUÇÃO</b> .....	252
161.	Disposições gerais .....	252
162.	Direito de preferência gerado pela penhora .....	252
163.	Ampliação da tutela aos privilégios .....	255
164.	Documentação da petição inicial.....	255
	I – Petição inicial da ação executiva .....	255
	II – Título executivo .....	255
	III – Obrigação sujeita a condição ou termo.....	256
	IV – Memória de cálculo .....	256
165.	Outras providências a cargo do credor.....	256
	I – Obrigações alternativas .....	257
	II – Bens gravados com direitos reais ou já penhorados em outras execuções .....	257
	III – Imóvel objeto de compromisso de compra e venda .....	257
	IV – Imóvel sujeito a direito de superfície, de enfiteuse, ou de uso .....	258
	V – Quotas sociais ou ações .....	258
	VI – Medidas cautelares .....	258
	VII – Medidas indutivas e coercitivas .....	259
	VIII – Crédito sujeito a contraprestação.....	259
	IX – Contrato bilateral ou sinalagmático.....	259
166.	Prevenção contra a fraude de execução por meio de registro público .....	260
	I – Averbação da execução por título executivo extrajudicial.....	260
	II – Averbação em caso de cumprimento de sentença.....	261
167.	Efeito da averbação .....	261
168.	Abuso do direito de averbação .....	262
169.	Petição inicial incompleta ou mal instruída .....	262
170.	Execução e prescrição .....	264
171.	Prescrição intercorrente .....	264



172.	A exceção de prescrição.....	265
173.	Nulidades no processo de execução.....	266
174.	Imperfeição do título executivo.....	266
175.	Falta de título executivo.....	267
176.	Nulidade da execução fiscal.....	267
177.	Vício da citação.....	268
178.	Verificação da condição ou ocorrência do termo.....	269
179.	A arguição das nulidades.....	270
180.	Arrematação de bem gravado com direito real.....	270
181.	Intimação de outros credores com penhora sobre os mesmos bens.....	272
182.	Intimação de condômino em caso de penhora de cota de bem indivisível.....	273
183.	Menor onerosidade na execução realizável por vários meios.....	273
184.	Reação do executado à execução excessivamente onerosa.....	275
	184.1. Notas conclusivas sobre o princípio da menor onerosidade da execução.....	276
	184.2. Execução precedida de ação cognitiva e medida cautelar de caução.....	277
185.	Peculiaridades da citação executiva.....	279
186.	Despacho da petição inicial e recurso.....	280
	<b>Capítulo XV – EXECUÇÃO PARA A ENTREGA DE COISA.....</b>	<b>281</b>
187.	Conceito.....	281
188.	Entrega de coisa certa.....	282
189.	Procedimento.....	283
190.	Efeito dos embargos.....	284
191.	Cominação de multa diária.....	285
192.	Alienação da coisa devida.....	285
193.	Execução da obrigação substitutiva.....	287
194.	Iniciativa da conversão.....	289
195.	Execução de coisa sujeita a direito de retenção.....	290
196.	Casos especiais de execução para a entrega de coisa certa.....	291
197.	Execução para entrega de coisa incerta.....	292
198.	A generalização da sentença executiva <i>lato sensu</i> .....	293
199.	Providências cabíveis para reforçar a efetividade da tutela às obrigações de entrega de coisa.....	293
200.	Embargos de retenção.....	294
201.	Medidas de coerção e apoio utilizáveis na execução do título extrajudicial.....	294
	Fluxograma n. 3 – Execução para entrega de coisa certa com base em título extrajudicial (arts. 806 a 810).....	296
	Fluxograma n. 4 – Execução para entrega de coisa incerta com base em título extrajudicial (arts. 811 a 813).....	297
	<b>Capítulo XVI – EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER.....</b>	<b>298</b>
202.	Introdução.....	298

203.	O problema da execução das prestações de fato .....	299
204.	Fungibilidade das prestações .....	299
205.	A multa como meio de coação .....	300
	I – Critérios de arbitramento e aplicação das <i>astreintes</i> .....	300
	II – Fixação convencional da multa.....	302
	III – Periodicidade da multa.....	302
	IV – Orientação jurisprudencial sobre a fixação do valor da multa .....	303
	V – Revisão da multa.....	303
	VI – Impossibilidade de realização da prestação.....	304
	VII – Obrigações parcialmente cumpridas, justa causa para o descumprimento e dificuldades de cumprimento no prazo marcado .....	305
	VIII – Procedimento para exigência da multa periódica .....	306
	205.1. Critérios preconizados para a revisão das <i>astreintes</i> .....	306
	205.2. Termo inicial e termo final da exigibilidade da multa.....	307
	205.3. Acessoriedade da multa .....	308
	205.4. Cumulação de <i>astreinte</i> e multa de litigância de má-fé .....	309
206.	Distinções preliminares .....	310
207.	Princípios comuns.....	310
208.	A sistemática de execução de título judicial e extrajudicial que reconheça obrigação de fazer ou de não fazer .....	311
209.	Execução das prestações fungíveis .....	312
210.	Realização da prestação fungível por terceiro .....	312
211.	Inadimplência do terceiro contratante .....	314
212.	Realização da prestação pelo próprio credor.....	314
213.	Autotutela prevista no atual Código Civil.....	315
214.	Execução das prestações infungíveis .....	316
215.	Execução das prestações consistentes em declaração de vontade.....	317
216.	Execução das obrigações de não fazer .....	317
217.	Medidas sub-rogatórias e antecipatórias.....	318
	Fluxograma n. 5 – Execução das obrigações de fazer (prestações fungíveis) com base em título extrajudicial (arts. 815 a 820) .....	319
	Fluxograma n. 6 – Execução das obrigações de fazer (prestações infungíveis) com base em título extrajudicial (art. 821) .....	320
	Fluxograma n. 7 – Execução das obrigações de não fazer com base em título extrajudicial (arts. 822 e 823).....	320
<b>Capítulo XVII – EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA O DEVEDOR SOLVENTE: GENERALIDADES .....</b>		<b>321</b>
218.	Introdução.....	321
219.	Execução por quantia certa como forma de desapropriação pública de bens privados .....	321
220.	O objetivo da execução por quantia certa.....	322
221.	Espécies.....	323

222.	Execução por quantia certa contra o devedor solvente.....	324
223.	Proposição.....	324
224.	Arbitramento dos honorários advocatícios antes da citação.....	326
	224.1. Honorários advocatícios em execução extinta por acordo .....	328
225.	Honorários em exceção de pré-executividade.....	329
226.	Redução da verba advocatícia arbitrada.....	330
227.	Majoração da verba advocatícia arbitrada .....	330
228.	Arresto de bens do devedor não encontrado.....	331
228-A.	Terceiros cuja intimação cabe ao exequente promover após a penhora (CPC, art. 799).....	332
228-B.	Intimação de outro exequente que tenha penhora sobre o mesmo bem (CPC, art. 889, V).....	334
228-C.	Intimação do locatário do imóvel penhorado .....	334
228-D.	Intimação do cônjuge ou companheiro do executado .....	335
	<b>Capítulo XVIII – EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA O DEVEDOR SOLVENTE: INSTRUÇÃO PELA PENHORA .....</b>	<b>336</b>
229.	Instrução.....	336
230.	Penhora.....	336
231.	Procedimento da penhora e avaliação.....	339
	I – Realização da penhora.....	339
	II – Falta de nomeação de bens à penhora .....	339
	III – Intimação da penhora.....	340
232.	Realização prática da penhora.....	341
233.	Natureza jurídica da penhora .....	341
234.	Extensão da penhora.....	344
235.	Razão da impenhorabilidade do capital de giro.....	346
236.	Objeto da penhora: bens penhoráveis .....	348
237.	Bens impenhoráveis .....	349
238.	Noção de impenhorabilidade .....	349
239.	Bens absolutamente impenhoráveis.....	350
	239.1. Os bens inalienáveis e os declarados, por ato voluntário, não sujeitos à execução (art. 833, I).....	350
	239.2. Os móveis, os pertences e as utilidades domésticas que guarnecem a residência do executado (art. 833, II).....	351
	239.3. Os vestuários, bem como os pertences de uso pessoal do executado, salvo se de elevado valor (art. 833, III).....	352
	239.4. Os vencimentos e outras verbas de natureza alimentar (art. 833, IV).....	352
	239.4.1. Ressalva em prol dos créditos alimentícios.....	353
	239.4.2. Progressivas limitações à impenhorabilidade das verbas alimentares.....	354
	239.4.3. Limitação da impenhorabilidade ao último salário mensal .....	355

239.4.4.	Limitação da impenhorabilidade a parte da remuneração .....	355
239.4.5.	Limitações geradas pelo CPC/2015 .....	356
239.4.6.	Limitação da penhora de honorários advocatícios com preservação de parcela superior a 50 salários mínimos.....	357
239.4.7.	Possibilidade de penhora parcial dos proventos de aposentadoria .	357
239.4.8.	Limitação da penhora de proventos advindos de aposentadoria privada de caráter complementar.....	358
239.4.9.	Limitação da penhora referente às verbas recebidas a título de rescisão trabalhista .....	359
239.5.	Os bens necessários ou úteis ao exercício da profissão do executado (art. 833, V).....	360
239.6.	O seguro de vida (art. 833, VI) .....	361
239.6.1.	Plano de previdência privada (pecúlio).....	362
239.7.	Os materiais necessários para obras em andamento, salvo se estas forem penhoradas (art. 833, VII).....	362
239.8.	A pequena propriedade rural (art. 833, VIII).....	363
239.8.1.	A propósito das dimensões da pequena propriedade rural.....	364
239.8.2.	Impenhorabilidade da propriedade rural como bem de família.....	365
239.9.	Os recursos públicos recebidos por instituições privadas (art. 833, IX) .....	366
239.10.	A quantia depositada em caderneta de poupança (art. 833, X) .....	366
239.10.1.	Interpretação extensiva do inciso X para abarcar outras modalidades de aplicação financeira.....	367
239.11.	Os recursos públicos oriundos do fundo partidário (art. 833, XI).....	368
239.12.	Créditos oriundos de alienação de unidades imobiliárias, sob regime de incorporação imobiliária, vinculados à execução da obra (art. 833, XII)....	368
240.	Ressalva geral da impenhorabilidade .....	369
241.	Ressalva da impenhorabilidade em relação aos bens móveis úteis ou necessários ao produtor rural .....	369
242.	Impenhorabilidades previstas em leis especiais: o bem de família (Lei 8.009/1990) .	369
242.1.	Impenhorabilidade do bem gravado de alienação fiduciária em garantia (CC, art. 1.361, Decreto-Lei n. 911/1969) .....	373
242.2.	Impenhorabilidade dos bens vinculados às cédulas de crédito rural e industrial (Decreto-Lei n. 167/1967).....	374
242.3.	Impenhorabilidade de receita de espetáculos artísticos (Lei n. 9.610/1998)..	375
242.4.	O patrimônio de afetação como mecanismo de restrição à penhorabilidade...	375
243.	Impenhorabilidade sucessiva do bem penhorado em execução fiscal.....	376
244.	Renúncia à impenhorabilidade.....	377
245.	Bens relativamente impenhoráveis .....	377
246.	As quotas ou ações de sociedades empresariais .....	378
247.	Ilegalidade da penhora .....	381
248.	Remição da execução.....	381
249.	Limites da penhora.....	382

250.	Valor dos bens penhoráveis.....	383
	250.1. Penhora de arma de fogo.....	383
<b>Capítulo XIX – EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE: PROCESSAMENTO DA PENHORA .....</b>		<b>384</b>
251.	Nomeação de bens à penhora.....	384
252.	Falta de nomeação de bens na petição inicial.....	384
253.	Ordem de preferência legal para a escolha dos bens a penhorar.....	385
254.	Outras exigências a serem cumpridas na escolha dos bens a penhorar, por qualquer das partes.....	387
	I – Prioridade do dinheiro na gradação dos bens penhoráveis .....	387
	II – Equiparação ao dinheiro da fiança bancária e do seguro garantia judicial .....	387
	III – Imprestabilidade, como garantia, da fiança ou do seguro prestados pelo próprio devedor .....	389
	IV – As garantias reais e a preferência para a penhora.....	390
	V – Eventos comprometedores da eficácia da nomeação de bens à penhora.....	390
255.	Penhora de bens escolhidos pelo executado.....	390
256.	Dever de cooperação do executado na busca dos bens a penhorar.....	391
257.	Nomeação de bens pelo exequente .....	391
258.	Investigação patrimonial para viabilizar a penhora.....	392
259.	Situação dos bens a penhorar .....	393
260.	Bens fora da comarca.....	394
261.	Penhora pelo oficial de justiça.....	395
262.	Impedimentos e obstáculos à realização da penhora .....	395
	I – Inexpressividade dos bens a penhorar .....	395
	II – Necessidade de arrombamento.....	396
	III – Resistência do executado.....	396
	IV – Impedimento da penhora em razão de falecimento do executado .....	397
263.	Auto de penhora pelo oficial de justiça e penhora por termo do escrivão.....	397
264.	Intimação da penhora.....	398
	I – Penhora realizada pelo Oficial de Justiça.....	398
	II – Penhora por ato do escrivão.....	399
	III – Penhora de imóveis e veículos automotores.....	399
	IV – Penhora de imóvel pertencente a executado casado .....	399
265.	Alienação antecipada dos bens penhorados.....	400
<b>Capítulo XX – EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA O DEVEDOR SOLVENTE: PENHORA E SUAS PARTICULARIDADES .....</b>		<b>402</b>
266.	Particularidades da penhora de certos bens .....	402
267.	Penhora de dinheiro em depósito ou aplicação financeira.....	402
	I – Penhora <i>on-line</i> .....	402
	II – Indisponibilidade de ativos financeiros existentes em nome do executado .....	403

	III – Bacen Jud/Sisbajud.....	404
	IV – Cancelamento de eventual indisponibilidade excessiva .....	405
	V – Cumprimento parcial do bloqueio .....	406
	VI – Intimação e defesa do executado .....	406
	VII – Indisponibilidade procedida em conta conjunta.....	406
	VIII – Decisão do juiz .....	408
	IX – Comprometimento do faturamento da empresa executada .....	408
	X – Conversão da indisponibilidade em penhora .....	409
	XI – Pagamento da dívida.....	410
	XII – Responsabilidade das instituições financeiras .....	410
	XIII – Penhora on-line de conta de partido político.....	410
	XIV – Penhora de moeda estrangeira .....	410
268.	Impenhorabilidade do saldo bancário.....	411
269.	Penhora de parte do faturamento da empresa executada .....	412
270.	Efetivação do esquema de apropriação das parcelas do faturamento .....	415
271.	Penhora <i>on-line</i> e preservação do capital de giro da empresa.....	416
272.	Equiparação da penhora de mão própria à penhora de dinheiro.....	418
273.	Penhora de bem indivisível e preservação da cota do cônjuge ou coproprietário não devedor .....	418
274.	Penhora de ações e quotas sociais.....	420
	I – Procedimento.....	420
	II – Diligências a serem adotadas pela sociedade após a penhora .....	420
	III – Liquidação das quotas ou ações .....	421
	IV – Prazo para cumprimento das diligências.....	421
	V – Leilão judicial das quotas ou das ações.....	421
	VI – Procedimento para as sociedades anônimas de capital aberto .....	422
275.	Penhora de créditos e de outros direitos patrimoniais.....	422
276.	Penhora de direitos e ações .....	422
277.	Penhora sobre créditos do executado .....	423
278.	Sub-rogação do exequente nos direitos do executado.....	424
279.	Penhora no rosto dos autos.....	424
280.	Penhora sobre créditos parcelados ou rendas periódicas .....	425
281.	Penhora de empresas, de outros estabelecimentos e de semoventes .....	426
281-A.	Particularidades da penhora de semoventes .....	426
281-B.	Penhora de animais de estimação .....	427
282.	Penhora de edifícios em construção sob o regime de incorporação imobiliária.....	427
283.	Empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público .....	428
284.	Penhora de navio ou aeronave.....	429
285.	Penhora de imóvel.....	429
286.	Penhora de imóvel e veículos automotores situados fora da comarca da execução...	433
287.	Penhora de imóvel integrante do estabelecimento da empresa.....	434
288.	Multiplicidade de penhoras sobre os mesmos bens. Reunião das execuções .....	434

288.1. Intimações de outros exequentes com igual penhora.....	435
288.2. Requisitos da reunião de execuções.....	436
289. Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel.....	437
I – Conceito.....	437
II – Procedimento.....	438
III – Nomeação do administrador-depositário.....	438
IV – O administrador-depositário.....	439
V – Celebração de contrato de locação do móvel ou imóvel.....	439
VI – Pagamento da dívida.....	439
290. Efeitos da penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel.....	439
291. Modificações da penhora.....	440
292. Substituição da penhora.....	441
293. Substituição por iniciativa de qualquer das partes.....	442
294. Substituição por iniciativa do executado.....	443
295. Ausência de prejuízo para o exequente na substituição.....	444
296. Menor onerosidade para o executado.....	444
297. Substituição da penhora por fiança bancária ou seguro.....	445
298. Liberação da penhora por remição.....	447
Fluxograma n. 8 – Penhora de dinheiro em depósito ou em aplicação financeira (Penhora <i>on-line</i> ) (art. 854).....	448
<b>Capítulo XXI – EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA: DEPÓSITO E ADMINISTRAÇÃO DOS BENS PENHORADOS.....</b>	<b>449</b>
299. Depósito dos bens penhorados.....	449
300. Nomeação do depositário.....	450
301. Depósito dos bens móveis, semoventes, imóveis urbanos e direitos aquisitivos sobre imóveis urbanos.....	451
302. Depósito no caso de saldo bancário ou aplicação financeira.....	452
303. Depósito em caso de penhora sobre joias, pedras e objetos preciosos.....	453
304. Função do depositário.....	453
305. Depositário comum e depositário administrador.....	455
306. Direitos e deveres do depositário.....	455
307. Ações sobre a posse e o domínio dos bens penhorados.....	456
308. Responsabilidade do depositário.....	458
309. Ação de depósito.....	458
310. Ação de prestação de contas.....	459
311. Ação de indenização.....	460
312. Entrega de bens após a expropriação executiva.....	461
313. Prisão civil do depositário judicial.....	462
<b>Capítulo XXII – EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA: A EXPROPRIAÇÃO.....</b>	<b>464</b>
314. Conceito.....	464

314.1. Modalidades de expropriação.....	464
I – Variações do ato expropriatório.....	464
II – Ordem de preferência entre os meios expropriatórios.....	464
III – Remição dos bens penhorados.....	465
315. Avaliação.....	465
316. O encarregado da avaliação.....	466
317. Laudo de avaliação.....	467
318. Dispensa da avaliação.....	467
319. Avaliação de bem imóvel.....	469
320. Avaliação e contraditório.....	469
321. Repetição da avaliação.....	469
I – Cabimento.....	469
II – Realização especial de nova avaliação.....	470
III – Regras a observar na segunda avaliação.....	471
IV – Impugnação à avaliação.....	472
322. Reflexos da avaliação sobre os atos de expropriação executiva.....	472
<b>Capítulo XXIII – ADJUDICAÇÃO.....</b>	<b>474</b>
323. Introdução.....	474
324. Conceito de adjudicação.....	474
325. Requisitos da adjudicação.....	475
326. Intimação do executado.....	476
327. Depósito do preço.....	476
328. Legitimação para adjudicar.....	477
329. Adjudicação por credor.....	478
330. Condições de admissibilidade da adjudicação por credor.....	479
331. Adjudicação por cônjuge, companheiro, descendente ou ascendente do executado.....	479
332. Adjudicação (remição) do bem hipotecado após o praxeamento.....	480
333. Prazo para a adjudicação.....	482
334. Concurso entre pretendentes à adjudicação.....	482
335. Auto de adjudicação.....	484
336. Aperfeiçoamento da adjudicação.....	484
337. Invalidação ou desconstituição da adjudicação.....	485
338. Carta de adjudicação.....	485
339. Remição do imóvel hipotecado.....	486
340. Efeito prejudicial da remição sobre a adjudicação.....	487
<b>Capítulo XXIV – ALIENAÇÃO POR INICIATIVA PARTICULAR.....</b>	<b>488</b>
341. As atuais dimensões da expropriação judicial através de alienação por iniciativa particular.....	488
I – Cabimento da alienação por iniciativa particular.....	488
II – Procedimento.....	488



	III – Alienação particular por iniciativa do devedor.....	489
	IV – Escolha do corretor ou leiloeiro público para a alienação por iniciativa particular.....	490
342.	O preço mínimo para a alienação por iniciativa particular.....	490
	I – Valor a observar na alienação.....	490
	II – Vantagens da alienação por iniciativa particular reconhecidas doutrinariamente.....	492
343.	Formalização da alienação por iniciativa particular.....	492
344.	Carta de alienação.....	493
	I – Alienação de bem imóvel.....	493
	II – Alienação de bem móvel.....	493
	III – Invalidação ou desconstituição da alienação por iniciativa particular.....	493
	<b>Capítulo XXV – ALIENAÇÃO EM LEILÃO JUDICIAL.....</b>	<b>495</b>
345.	Conceito de leilão judicial e arrematação.....	495
346.	Natureza jurídica.....	495
347.	Espécies de hasta pública e conteúdo dos editais.....	496
	I – Espécies de hasta pública.....	496
	II – Conteúdo dos editais.....	497
	III – Regulamentação especial do leilão eletrônico.....	498
	IV – Lugar do leilão.....	499
348.	Leiloeiro público.....	499
	I – Escolha do leiloeiro.....	499
	II – Deveres do leiloeiro.....	499
	III – Remuneração do leiloeiro.....	500
349.	Leilão eletrônico (particularidades).....	500
350.	Editais e outras divulgações da hasta pública.....	501
351.	Intimação do devedor.....	502
352.	Outras intimações.....	503
	I – Outros credores com direito incidente sobre os bens a leiloar.....	503
	II – Titulares de direito real sobre o bem a leiloar.....	504
353.	Adiamento da hasta pública.....	505
354.	O leilão judicial.....	505
	I – Arrematação.....	505
	II – Frustração da alienação judicial.....	506
	III – Repulsa ao preço vil.....	506
	IV – Situação pós fracasso do leilão.....	507
	V – O papel do juiz na alienação mediante leilão.....	507
355.	Legitimação para arrematar.....	507
356.	Leilão de múltiplos bens.....	509
357.	Forma de pagamento da arrematação.....	509
358.	Auto de arrematação.....	510

359.	Arrematação de imóveis.....	511
360.	Oportunidade da proposta de arrematação a prazo.....	512
361.	Requisitos mínimos da proposta.....	513
	I – Mora ou inadimplemento do adquirente.....	513
	II – Realização do leilão, não obstante a proposta de parcelamento.....	514
362.	O cumprimento das prestações.....	514
363.	Remédios contra os vícios da arrematação.....	514
364.	Desistência da arrematação.....	516
365.	Perda de eficácia da arrematação.....	517
	I – Regime do CPC/1973.....	517
	II – Regime do CPC/2015.....	520
366.	Natureza da perda de efeitos da arrematação.....	521
367.	Alienação de bens gravados com direitos reais em favor de terceiros.....	523
368.	Procedimento para obtenção das medidas do art. 903 do CPC/2015.....	524
369.	Arrematação realizada antes do julgamento dos embargos do devedor.....	524
370.	Arrematação em execução provisória de título extrajudicial.....	524
371.	Carta de arrematação.....	525
372.	Arrematação e remição da execução.....	527
373.	Efeitos da arrematação.....	528
374.	Evicção e arrematação.....	529
375.	Vícios redibitórios.....	530
376.	Ação anulatória da arrematação.....	530
377.	Remição dos bens arrematados.....	531
378.	Efeito prejudicial da remição sobre o ato expropriatório.....	532
379.	Outros casos de remição de bens dados em garantia real.....	532
	<b>Capítulo XXVI – APROPRIAÇÃO DE FRUTOS E RENDIMENTOS.....</b>	<b>534</b>
380.	Modalidade especial de expropriação.....	534
381.	Iniciativa.....	534
382.	Pressuposto.....	535
383.	Procedimento.....	535
384.	Pagamento ao exequente.....	535
	<b>Capítulo XXVII – EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA: PAGAMENTO AO CREDOR.....</b>	<b>536</b>
385.	Observações preliminares.....	536
386.	Última etapa do processo de execução.....	537
387.	Entrega do dinheiro.....	537
388.	Levantamento a maior.....	538
389.	O pagamento no caso de fiança bancária e seguro garantia judicial.....	538
390.	Concurso de preferência sobre o produto da execução.....	539
	I – O concurso do art. 908 do CPC.....	539

II – Legitimação .....	539
III – Competência .....	540
IV – Objeto do concurso.....	540
V – Classificação dos credores .....	541
VI – Procedimento .....	542
390.1. Reunião das execuções para processamento do concurso de preferências.....	543
391. Das preferências de direito substancial .....	544
392. O privilégio superespecial dos créditos trabalhistas e dos honorários de advogado .	545
393. Disputa entre o cliente e o advogado no concurso de preferências.....	546
393-A. Concurso de preferência e crédito da Fazenda Pública.....	550
Fluxograma n. 9 – Execução por quantia certa com base em título extrajudicial (arts. 824 a 869).....	551
<b>Capítulo XXVIII – EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA: DÍVIDA DA FAZENDA PÚBLICA.....</b>	<b>552</b>
394. Execução contra a Fazenda Pública .....	552
I – Título judicial (cumprimento de sentença) .....	553
II – Título extrajudicial .....	553
394.1. Prescrição.....	553
394.2. Cancelamento do precatório e prescrição da execução contra a Fazenda Pública.....	554
395. Procedimento.....	557
396. Defesa da Fazenda Pública.....	558
I – Conteúdo dos embargos à execução.....	558
II – Cumulação de execuções .....	558
III – Arguição de incompetência .....	559
IV – Arguição de suspeição ou impedimento.....	559
V – Excesso de execução.....	559
397. Julgamento.....	559
I – Execução embargada .....	559
II – Execução não embargada .....	559
III – Honorários advocatícios.....	560
IV – Erro e excessos nos cálculos homologados.....	560
V – Ordem de preferência para o cumprimento dos precatórios. Credores idosos ou portadores de doença grave e pessoas deficientes .....	561
VI – Acordos diretos para pagamento de precatórios .....	561
398. Opção entre execução e ordinária de cobrança contra a Fazenda Pública.....	562
399. Execução fiscal contra a Fazenda Pública.....	562
400. Execução contra entidade da Administração Indireta.....	562
401. Execução de obrigação de dar ou de fazer e não fazer .....	563
Fluxograma n. 10 – Execução contra a Fazenda Pública com base em título extrajudicial (art. 910).....	564

<b>Capítulo XXIX – EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA DE TÍTULOS EXTRAJUDICIAIS EM MATÉRIA DE ALIMENTOS .....</b>	<b>565</b>
402. Introdução .....	565
403. Execução autônoma da prestação alimentícia .....	565
404. Execução de alimentos fundada em título extrajudicial, segundo o CPC/2015 .....	566
405. Averbação em folha de pagamento .....	566
406. Prisão civil do devedor .....	567
407. Opção entre a execução comum por quantia certa e a execução especial de alimentos .....	569
Fluxograma n. 11 – Execução de prestação de alimentos com base em título extrajudicial (arts. 911 a 913) .....	570
 <b>Capítulo XXX – A DEFESA DO DEVEDOR. INCIDENTES DA EXECUÇÃO .....</b>	 <b>571</b>
408. Resistência à execução .....	571
409. Outros meios impugnativos .....	572
409-A. Defesas do devedor fora do processo executivo .....	574
I – Defesas heterotópicas .....	574
II – Classificação das defesas heterotópicas .....	575
III – Diferenças entre a defesa via embargos e a através de ação heterotópica .....	576
IV – Fungibilidade ou conexão entre a ação de embargos e a ação autônoma de defesa contra a execução .....	576
410. Exceção de pré-executividade .....	577
411. Embargos e impugnação .....	582
412. Natureza jurídica dos embargos à execução .....	585
412.1. Sucumbência nos embargos à execução .....	586
413. Classificação dos embargos do devedor .....	587
414. Legitimação .....	588
415. Autonomia dos embargos de cada executado .....	589
416. Competência .....	590
417. Generalidades sobre o processamento dos embargos .....	591
418. Segurança do juízo .....	593
419. Prazo para propositura dos embargos do devedor .....	594
420. Litisconsórcio passivo e prazo para embargar .....	596
421. Rejeição liminar dos embargos .....	596
I – Casos de rejeição liminar dos embargos .....	596
II – Embargos intempestivos .....	596
III – Inépcia da petição inicial e outros casos de indeferimento .....	597
IV – Vícios sanáveis .....	598
V – Natureza do indeferimento .....	599
VI – Embargos protelatórios .....	599
422. Procedimento .....	600
423. A multa aplicável aos embargos manifestamente protelatórios .....	601

424.	Cobrança das multas e indenizações decorrentes de litigância de má-fé .....	603
425.	Os embargos à execução e a revelia do embargado .....	604
426.	Efeitos dos embargos sobre a execução .....	606
427.	Atribuição de efeito suspensivo aos embargos .....	606
428.	Embargos parciais .....	608
429.	Embargos de um dos coexecutados .....	608
430.	Embargos fundados em excesso de execução.....	609
431.	Embargos à execução de sentença.....	609
432.	Arguição de incompetência, suspeição ou impedimento .....	610
433.	Embargos de retenção por benfeitorias.....	610
434.	Embargos à execução de título extrajudicial.....	611
435.	Arguição de nulidade da execução .....	612
436.	Vícios da penhora e da avaliação.....	613
	436.1. Excesso de execução e excesso de penhora .....	614
437.	Excesso de execução.....	614
	437.1. Excesso de execução e confissão de dívida.....	615
438.	Cumulação indevida de execuções .....	616
439.	Retenção por benfeitorias.....	617
440.	Defesas próprias do processo de conhecimento.....	618
441.	Pagamento em dobro do valor cobrado indevidamente .....	619
442.	Autonomia dos embargos do devedor em relação à execução.....	619
443.	Sucumbência nos embargos do devedor.....	620
444.	Embargos à adjudicação, alienação ou arrematação.....	621
445.	Legitimação para a ação autônoma do art. 903, § 4º, do CPC/2015.....	622
446.	Objeto da ação autônoma do art. 903, § 4º, do CPC/2015 .....	622
447.	A posição especial do arrematante.....	623
448.	Sucumbência na exceção de pré-executividade .....	624
	Fluxograma n. 12 – Embargos à execução (arts. 914 a 920).....	626
	<b>Capítulo XXXI – PARCELAMENTO JUDICIAL DO CRÉDITO EXEQUENDO.....</b>	<b>627</b>
449.	Moratória legal.....	627
450.	Requisitos para a obtenção do parcelamento .....	627
451.	Procedimento do incidente.....	629
452.	Indeferimento do parcelamento .....	630
453.	Descumprimento do parcelamento .....	630
453-A.	Proteção ao consumidor superendividado .....	630
453-B.	Parcelamento na ação monitória.....	631
	Fluxograma n. 13 – Parcelamento judicial do crédito exequendo (art. 916).....	632
	<b>Capítulo XXXII – EMBARGOS DE TERCEIRO.....</b>	<b>633</b>
454.	Conceito.....	633
455.	Objeto dos embargos .....	634

456.	Legitimação ativa.....	634
457.	Legitimação passiva .....	636
458.	Valor da causa .....	637
459.	Competência .....	637
460.	Oportunidade .....	638
461.	Julgamento e recurso .....	638
462.	Procedimento.....	639
463.	Efeitos dos embargos quando há deferimento da liminar .....	639
464.	Efeitos do julgamento do mérito dos embargos.....	640
465.	Embargos de terceiro opostos por credor com garantia real.....	640
466.	Sucumbência na ação de embargos de terceiro .....	641
	Fluxograma n. 14 – Embargos de terceiros (arts. 674 a 681).....	642
	<b>Capítulo XXXIII – EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA O DEVEDOR INSOLVENTE: INSOLVÊNCIA CIVIL.....</b>	<b>643</b>
467.	Introdução .....	643
468.	Execução coletiva e execução singular .....	643
469.	Pressupostos da execução coletiva .....	644
470.	Efeitos da declaração de insolvência.....	646
471.	Características da execução coletiva.....	647
472.	Algumas diferenças entre a falência e a insolvência civil.....	648
473.	Insolvência de cônjuges .....	649
474.	Apuração ou verificação da insolvência. Natureza jurídica do processo.....	649
475.	Caracterização da insolvência.....	651
476.	Legitimação .....	652
477.	Insolvência requerida pelo credor.....	653
478.	Insolvência requerida pelo devedor ou seu espólio .....	657
479.	Competência .....	660
480.	Declaração judicial de insolvência .....	661
481.	Atribuições do administrador da massa.....	662
482.	Verificação e classificação dos créditos .....	664
483.	Credores retardatários e credores sem título executivo .....	666
484.	Quadro geral de credores .....	667
	I – Inexistindo impugnação.....	667
	II – Existindo impugnação .....	667
485.	Apuração do ativo e pagamento dos credores .....	668
486.	Encerramento e suspensão do processo .....	669
487.	Saldo devedor.....	670
488.	Extinção das obrigações .....	671
489.	Concordata civil.....	673
489-A.	Lei do Superendividamento nas relações de consumo (Lei n. 14.181/2021) .....	673
489-B.	Superendividamento do consumidor e insolvência civil .....	675

489-C. Recuperação judicial do produtor rural, nos moldes da Lei n. 11.101/2005.....	676
489-D. Recuperação judicial e concomitância de execução singular .....	677
489-E. Recuperação judicial e credor não habilitado .....	677
490. Pensão para o devedor .....	678
491. Insolvência de pessoas jurídicas .....	678
Fluxograma n. 15 – Execução por quantia certa contra devedor insolvente (arts. 748 a 773 do CPC/1973) .....	680
Fluxograma n. 16 – Extinção das obrigações do insolvente (arts. 777 a 782 do CPC/1973) .....	681
<b>Capítulo XXXIV – SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO. RECURSOS .....</b>	<b>682</b>
492. Suspensão da execução .....	682
493. Suspensão prevista nos arts. 313 e 315 do CPC/2015.....	684
I – Previsões do art. 313 .....	684
II – Previsão do art. 315 .....	685
III – Suspensão convencional (art. 313, II).....	685
IV – Suspensão para parcelamento legal do débito.....	686
V – Suspensão por transação .....	686
494. Suspensão provocada por embargos.....	687
495. Suspensão por inexistência de bens penhoráveis.....	687
495-A. Suspensão por não localização do executado.....	687
496. Suspensão e prescrição intercorrente .....	688
I – Execução por quantia certa.....	688
II – Nulidade do procedimento de decretação da prescrição intercorrente .....	691
III – Outras modalidades de execução.....	691
IV – Prescrição intercorrente e honorários advocatícios .....	692
497. A prescrição intercorrente e a jurisprudência do STJ anterior ao CPC/2015 .....	692
498. Suspensão da execução e possibilidade de embargos do devedor .....	694
499. Suspensão da execução por falta de interessados na arrematação dos bens penhorados.....	694
500. Suspensão em razão do parcelamento do débito .....	694
501. Inocorrência de suspensão da execução por superveniência de ação cognitiva.....	695
502. Suspensão da execução em virtude de recuperação judicial .....	695
503. Suspensão da execução em virtude de liquidação extrajudicial.....	696
504. Suspensão da execução em virtude de consignação em pagamento .....	696
505. Suspensão da execução em razão do incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	697
506. Suspensão da execução em virtude de falência do executado.....	697
507. Superposição de penhoras não acarreta suspensão da execução.....	698
508. Efeitos da suspensão.....	699
509. Extinção da execução.....	699
I – Quando a petição inicial for indeferida .....	700

II – Quando a obrigação for satisfeita .....	701
III – Quando o executado obtiver, por qualquer outro meio, a extinção total da dívida .....	702
IV – Quando o exequente renunciar ao crédito .....	703
V – Quando ocorrer a prescrição intercorrente .....	703
VI – A sentença de extinção da execução .....	703
510. Outros casos de extinção da execução .....	703
511. Sentença de extinção .....	705
512. Extinção parcial da execução .....	706
513. Recursos no processo de execução .....	707
514. Sentenças e decisões em matéria de execução e seus incidentes .....	707
515. Efeitos dos recursos .....	709
516. Desapensamento dos autos dos embargos para tramitação da apelação .....	710
517. Causas de alçada .....	710
518. Recursos extraordinário e especial .....	710
Fluxograma n. 17 – Suspensão do processo e prescrição intercorrente (art. 921, III) .....	711
<b>Capítulo XXXV – EXECUÇÃO FORÇADA E COISA JULGADA .....</b>	<b>712</b>
519. Introdução .....	712
520. Processo de execução .....	712
521. Diferenças fundamentais entre o processo de conhecimento e o processo de execução .....	712
522. Execução forçada no atual direito brasileiro .....	714
523. Embargos à execução .....	716
524. Coisa julgada e estabilidade dos efeitos da execução forçada .....	718
525. Repetição do pagamento indevido .....	723
526. Jurisdição e execução .....	724
527. Opiniões de Carnelutti e Micheli .....	725
528. Preclusão <i>pro iudicato</i> .....	727
529. Execução injusta no CPC/2015 .....	729
529-A. Impossibilidade de se formar coisa julgada material sobre a sentença que apenas extingue a execução .....	729
530. Conclusões .....	731
<b>Capítulo XXXVI – EXECUÇÃO DA DÍVIDA ATIVA DA FAZENDA PÚBLICA .....</b>	<b>733</b>
531. Procedimento especial da execução fiscal .....	733
532. Simplificação da petição inicial .....	734
533. Despacho da inicial .....	734
534. Citação do devedor .....	735
534-A. Execução fiscal contra devedor falido .....	735
535. Prescrição .....	736
535.1. Teses vinculantes firmadas pelo STJ em matéria de prescrição intercorrente .....	737



535.2. Parcelamento da obrigação fiscal .....	739
536. Penhora .....	739
537. Remoção e substituição dos bens penhorados .....	740
538. Embargos do devedor .....	740
I – Noções gerais .....	740
II – Matéria arguível .....	742
III – Vedação à exceção de compensação .....	742
538-A. Transação resolutiva de litígio relativa à cobrança de crédito da Fazenda Pública Federal.....	743
539. Expropriação.....	744
540. Arrematação.....	745
541. Adjudicação.....	746
542. Despesas processuais .....	746
542.1. Extinção do executivo sem resolução do mérito.....	747
542-A. A. Suspensão e extinção de executivos fiscais de pequeno valor .....	747
543. Recursos.....	748
543-A. Fraude à execução fiscal .....	748
543-B. Medida cautelar fiscal .....	749
543-C. Medida administrativa preparatória .....	750
543-D. Concurso de preferência e crédito da Fazenda Pública.....	750
543-E. Concurso de preferência entre entes públicos, após o julgamento da ADPF 357 .....	751
543-F. Concorrência de penhoras de execução fiscal e execução comum .....	751
543-G. Participação da Fazenda Pública no concurso falimentar .....	753

### TÍTULO III

#### CUMPRIMENTO DA SENTENÇA

<b>Capítulo XXXVII – A EXECUÇÃO FORÇADA COM BASE EM TÍTULO JUDICIAL...</b>	<b>755</b>
544. As vias executivas no processo civil brasileiro .....	755
545. A execução como ofício normal do juiz.....	755
546. O cumprimento de sentença no CPC/2015.....	757
<b>Capítulo XXXVIII – CUMPRIMENTO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA.....</b>	<b>759</b>
547. A noção de sentença condenatória perante as novas técnicas de cumprimento dos julgados.....	759
548. Cumprimento de sentença e contraditório.....	761
548-A. Medidas coercitivas em reforço da autoridade da sentença .....	762
549. Necessidade de requerimento do exequente.....	762
550. Intimação do devedor.....	764
I – Regra geral.....	764
II – Exceções .....	765
III – Intimação presumida .....	765
IV – Inatividade processual longa.....	765

	V – Prazo da intimação .....	766
551.	Legitimação ativa e passiva. Devedores solidários.....	766
552.	Regras disciplinadoras do cumprimento das sentenças.....	766
553.	A possibilidade de execução com base em sentença declaratória.....	768
	553.1. Efeito implícito do acerto efetuado pela sentença.....	771
554.	A possibilidade de execução da sentença de improcedência da demanda .....	772
555.	Tutela interdita como padrão .....	774
556.	Defesa do executado .....	775
556-A.	O excesso de execução no cumprimento de sentença .....	776
	I – A configuração do excesso de execução.....	776
	II – Exceção de contrato não cumprido.....	776
	III – Ônus da prova.....	777
	IV – Momento adequado à arguição de contrato não cumprido .....	778
	V – Efeitos da exceção de contrato não cumprido no plano da execução forçada ...	778
	VI – Distinção entre exceção de contrato não cumprido e ação de resolução de contrato por inadimplemento .....	781
	VII – Encargos sucumbenciais aplicáveis na acolhida da exceção de contrato não cumprido.....	782
557.	Impugnação à validade dos atos posteriores ao prazo do art. 525.....	782
558.	Cumprimento por iniciativa do devedor .....	783
559.	O cumprimento forçado por iniciativa do devedor no caso de dívida de dinheiro ...	783
560.	Sucumbência.....	785
	I – Regime do Código de 1973.....	785
	II – Regime do atual Código .....	785
	III – Sucumbência na impugnação ao cumprimento da sentença .....	786
	IV – Base de cálculo da verba advocatícia.....	786
	V – Despesas e custas do cumprimento de sentença .....	787
561.	Sentença que decide relação jurídica sujeita a condição ou termo.....	787
561-A.	Uma melhor visão da precisão na sentença sobre relação jurídica condicional.....	789
562.	Requisito do requerimento de cumprimento da sentença que decide relação jurídica sujeita a condição ou termo .....	791

**Capítulo XXXIX – CUMPRIMENTO DA SENTENÇA RELATIVA ÀS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER .....**

		792
563.	Noção de obrigação de fazer e não fazer .....	792
564.	Execução específica e execução substitutiva .....	793
565.	Tutela específica .....	794
	I – Técnica processual na legislação anterior (tutela específica e tutela subsidiária)	794
566.	Tutela substitutiva .....	795
567.	Medidas sub-rogatórias e antecipatórias no cumprimento de sentença.....	796
568.	Conversão em perdas e danos.....	798
569.	A multa (astreinte).....	799

I – Conceito .....	799
II – Cabimento da multa.....	799
III – Valor da multa .....	800
IV – Reexame da multa.....	800
V – Casos de modificação ou exclusão da multa .....	801
VI – A multa e as obrigações personalíssimas.....	803
VII – As “astreintes” e a Fazenda Pública .....	805
570. Cumulação da multa diária com medida de execução específica.....	806
571. Execução da multa .....	806
I – Procedimento .....	806
II – Regime do Código de 1973.....	806
III – Regime do CPC de 2015.....	807
IV – A necessidade de constituir-se um título judicial completo para a execução da multa .....	808
V – Termo inicial e final de incidência da multa .....	808
VI – Cobrança da multa segundo o regime do CPC/2015.....	810
VII – As astreintes e a tutela provisória.....	811
VIII – Multa diária, correção monetária e juros moratórios .....	811
572. Procedimento a observar na execução da multa .....	812
573. Modificação da multa imposta .....	813
574. Obrigações de não fazer .....	815
575. Defesa do executado .....	816
576. Encerramento do processo.....	817
Fluxograma n. 18 – Cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de fazer ou não fazer (arts. 536 e 537) .....	818
<b>Capítulo XL – EXECUÇÃO DA SENTENÇA QUE CONDENA AO CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE DECLARAR VONTADE.....</b>	<b>819</b>
577. Execução das prestações de declaração de vontade.....	819
578. Satisfação da contraprestação a cargo do exequente .....	820
579. A execução das sentenças que condenam à declaração de vontade .....	821
580. Algumas observações sobre o compromisso de compra e venda de imóveis.....	822
580.1. Compromisso de compra e venda não registrado.....	823
580.2. Ilicitude da comercialização de loteamento irregular.....	825
581. A natureza jurídica da sentença .....	826
<b>Capítulo XLI – CUMPRIMENTO DA SENTENÇA RELATIVA À OBRIGAÇÃO DE ENTREGA DE COISA .....</b>	<b>828</b>
582. Noção de obrigação de dar (entrega de coisa).....	828
583. Histórico dos títulos especiais de entrega de coisa: ações executivas <i>lato sensu</i> .....	828
I – Regime antigo .....	828
II – A generalização da sentença executiva <i>lato sensu</i> .....	829

III – Providências cabíveis para reforçar a efetividade da tutela às obrigações de entrega de coisa .....	830
584. Execução específica e execução substitutiva.....	830
585. Procedimento pós-sentença.....	831
586. Tutela substitutiva.....	832
587. Multa e outras medidas de apoio .....	833
588. Defesa do executado .....	834
589. Obrigação genérica .....	834
590. Retenção por benfeitorias.....	835
591. Encerramento do processo.....	836
Fluxograma n. 19 – Cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de entregar coisa (art. 538).....	838
<b>Capítulo XLII – CUMPRIMENTO DA SENTENÇA RELATIVA À OBRIGAÇÃO POR QUANTIA CERTA .....</b>	<b>839</b>
592. Noção de obrigação por quantia certa.....	839
593. Cumprimento de sentença que reconhece o dever de pagar quantia certa .....	839
594. Multa legal e honorários de advogado.....	840
I – Cabimento.....	840
II – Multa no cumprimento provisório da sentença .....	841
III – Pagamento parcial do débito .....	842
IV – Pagamento integral do débito.....	843
V – Multa na execução de sentença arbitral e outras decisões .....	843
VI – Quando cabe a verba honorária, e como arbitrá-la.....	843
VII – Depósito do quantum devido, antes de recorrer da sentença exequenda.....	844
VIII – Acessoriedade da multa.....	844
IX – Necessidade de requerimento do exequente.....	845
595. Requerimento do credor .....	845
I – Iniciativa do credor .....	845
II – Iniciativa do devedor.....	845
596. Intimação do devedor.....	846
I – Regra geral.....	846
II – Exceções.....	846
III – Intimação presumida.....	847
IV – Inatividade processual longa .....	847
V – Prazo da intimação.....	847
597. Contagem do prazo para pagamento.....	847
598. Prazo de pagamento e litisconsórcio passivo.....	849
599. Penhora e avaliação.....	850
600. Inexecutividade do fiador e outros coobrigados.....	850
601. O procedimento executivo.....	851
I – Dados necessários do requerimento.....	851
II – Depósito do valor da dívida no prazo da intimação para cumprimento da sentença.....	851

	III – Nomeação dos bens a penhorar .....	851
	IV – Definição do quantum exequendo .....	852
	V – Demonstrativo que dependa de dados extra-autos.....	852
602.	Cumprimento de sentença e exceção de pré-executividade .....	852
603.	Impugnação do executado .....	853
	603.1. Prazo para a impugnação .....	855
	603.2. Agravo de instrumento em lugar de impugnação ao cumprimento de decisão .....	855
604.	Enumeração legal dos temas abordáveis na impugnação ao cumprimento da sentença .....	855
	I – Falta ou nulidade da citação se, na fase de conhecimento, o processo correu à revelia .....	856
	II – Ilegitimidade das partes.....	857
	III – Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação.....	858
	IV – Penhora incorreta ou avaliação errônea.....	865
	V – Excesso de execução ou cumulação indevida de execução.....	865
	VI – Incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução.....	867
	VII – Qualquer causa modificativa ou extintiva da obrigação .....	867
	VIII – Nulidade da sentença arbitral.....	869
605.	Atos executivos posteriores ao prazo legal da impugnação.....	869
606.	O cumprimento da sentença e a prescrição .....	870
607.	Casos particulares de prescrição e decadência.....	873
	I – Ação de repetição do pagamento indevido .....	873
	II – Ação de anulação da fiança prestada sem outorga conjugal.....	874
608.	Impedimento ou suspeição do juiz .....	875
609.	Executados com diferentes procuradores .....	876
610.	Regra especial para a impugnação por excesso de execução, no tocante a obrigação de quantia certa .....	876
611.	O problema da iliquidez da sentença.....	876
	611.1. Não é ilíquida a sentença omissa quanto aos juros e correção monetária .....	877
612.	As decisões homologatórias de autocomposição e a defesa do executado .....	878
613.	Procedimento da impugnação.....	878
614.	Efeito da impugnação .....	878
615.	Instrução probatória .....	879
616.	Julgamento da impugnação. Recurso cabível .....	880
617.	Coisa julgada no incidente de impugnação ao cumprimento de sentença.....	880
618.	Suspensão do cumprimento de sentença em virtude de rescisória .....	881
	Fluxograma n. 20 – Cumprimento definitivo da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa (arts. 523 a 527) .....	882

**Capítulo XLIII – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA PELA FAZENDA PÚBLICA.....** 883

619.	Evolução da execução por quantia certa fundada em sentença contra a Fazenda Pública .....	883
------	---	-----

620.	Generalidades do cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública.....	883
	I – Execução por quantia certa sem penhora e expropriação .....	883
	II – Execução de outras obrigações da Fazenda Pública .....	884
	III – Execução de obrigações de fazer. Políticas públicas .....	885
621.	Procedimento.....	886
	I – Requerimento do exequente.....	886
	II – Execução contra a Fazenda Pública no Juizado Especial .....	887
	III – Intimação da Fazenda executada .....	888
	IV – Expedição do precatório .....	888
	V – Créditos de alimentos .....	888
	VI – Parcelamento do precatório (CF, art. 100, § 2º – incluído pela EC n. 94/2016)....	889
	VII – Financiamento de parte dos precatórios e obrigações de pequeno valor (CF, art. 100, § 19 – incluído pela EC n. 94/2016).....	890
	VIII – A importância da ordenação cronológica dos precatórios na execução contra a Fazenda Pública .....	890
622.	Defesa da Fazenda.....	892
	I – Temas discutíveis.....	892
	II – Alguns destaques .....	893
	III – Arguição de incompetência, suspeição ou impedimento do juízo.....	894
	IV – Duplo grau obrigatório.....	894
	V – Atribuições do Presidente do Tribunal na execução da Fazenda Pública.....	895
	VI – Impugnações e revisões de cálculo perante o Tribunal e perante o juízo da execução.....	895
623.	Execução provisória contra a Fazenda Pública .....	896
	623.1. Execução parcial da condenação na pendência de recurso da Fazenda Pública .....	898
624.	Execução definitiva sob forma de precatório .....	898
625.	Execução definitiva na modalidade “requisição de pequeno valor” .....	901
	625.1. Requisição de pequeno valor em caso de crédito alimentar “superpreferencial” .....	902
	625.2. Pagamento do precatório em parcelas ou por acordo direto .....	902
	625.3. Limite legal das requisições de pequeno valor.....	903
	625.4. Parâmetros traçados pelo STF para as requisições de pequeno valor .....	904
626.	Sequestro de verbas públicas .....	904
	626.1. Procedimento do sequestro.....	905
	626.2. Outras medidas coercitivas .....	906
627.	Exceções ao regime dos precatórios.....	906
627.A.	Acordo para pagamento com desconto de precatórios federais.....	908
628.	Autonomia do crédito de honorários sucumbenciais .....	909
629.	Credores litisconsorciados .....	910
630.	Possibilidade de fracionamento do precatório .....	911
631.	Cessão e compensação no âmbito dos precatórios .....	912

632.	Regime especial dos precatórios.....	913
633.	Atraso no cumprimento dos precatórios .....	914
634.	Procedimento para obtenção do precatório complementar .....	917
	634.1. Acordos diretos para pagamento de precatórios .....	918
	I – Em relação ao acordo de pagamento de precatórios .....	918
	II – Em relação ao acordo terminativo de litígio .....	918
	634.2. Renúncia parcial do crédito para demandá-lo através do Juizado Especial Federal.....	919
	634.3. Execução por quantia certa contra entidade da Administração Pública Indireta .....	920
	Fluxograma n. 21 – Cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública (arts. 534 e 535).....	921
<b>Capítulo XLIV – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PRESTAR ALIMENTOS .....</b>		<b>922</b>
635.	Execução de prestação alimentícia.....	922
636.	A ação de alimentos e a técnica de cumprimento da sentença .....	922
637.	Procedimento específico de cumprimento da decisão que fixa alimentos.....	923
638.	Disposições próprias do cumprimento da decisão que fixa prestação alimentícia ....	924
	I – Legitimação.....	924
	II – Competência .....	925
	III – Averbação em folha de pagamento .....	925
	IV – Protesto da decisão judicial .....	926
	V – Prisão civil do executado .....	926
	VI – Cumprimento da decisão definitiva e da decisão provisória que fixa alimentos.....	928
	VII – Crime de abandono material .....	929
	VIII – Pensionamento decorrente de ato ilícito.....	930
639.	Sentenças de indenização por ato ilícito .....	931
640.	Revisão, cancelamento, exoneração ou modificação do pensionamento .....	934
641.	Pensionamento em salários mínimos.....	935
	Fluxograma n. 22 – Cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos (arts. 528 a 533).....	936
<b>Capítulo XLV – TÍTULOS EXECUTIVOS JUDICIAIS .....</b>		<b>937</b>
642.	Noções introdutórias .....	937
643.	Medidas preparatórias especiais.....	939
644.	Procedimento especial: sentença penal, sentença arbitral e sentença ou decisão interlocutória estrangeira .....	939
645.	Encerramento do cumprimento de sentença .....	940
646.	Sentença condenatória civil .....	941
647.	Sentença condenatória contra a Fazenda Pública .....	943
648.	Nova visão dos efeitos da sentença declaratória.....	944

649.	Ação declaratória e prescrição .....	945
650.	Sentença penal condenatória .....	946
	I – Força civil da sentença penal .....	946
	II – Requisitos da execução civil da sentença penal .....	947
	III – Condenação civil provisória no bojo da sentença penal.....	947
	IV – Legitimação para a execução civil da sentença penal.....	948
	V – Prescrição criminal.....	949
651.	Sentença homologatória de autocomposição e a defesa do executado .....	949
	I – Autocomposição judicial.....	949
	II – Amplitude subjetiva da autocomposição judicial.....	950
	III – Procedimento executivo.....	951
	IV – A defesa do executado .....	951
	V – Autocomposição extrajudicial .....	951
652.	Sentença arbitral.....	952
653.	Sentença estrangeira.....	953
	I – Sentença estrangeira .....	953
	II – Decisão interlocutória estrangeira .....	954
	III – Sentença oriunda de país membro do MERCOSUL .....	954
654.	O formal e a certidão de partilha .....	955
655.	Crédito de auxiliar da justiça .....	956
<b>Capítulo XLVI – PARTICULARIDADES DE ALGUNS TÍTULOS JUDICIAIS .....</b>		<b>957</b>
656.	Condenações a prestações alternativas.....	957
657.	Sentença que decide relação jurídica sujeita a condição ou termo.....	957
	I – Noção de condição e termo .....	957
	II – Restrições doutrinárias às sentenças condicionais.....	958
	III – Admissibilidade legal da sentença condicional.....	958
658.	Requisito de admissibilidade da sentença condicional ou a termo .....	959
659.	Julgamento fracionado da lide.....	959
660.	Decisões proferidas em procedimento de tutela provisória .....	960
661.	Protesto da decisão judicial transitada em julgado.....	961
	I – A sentença como título protestável.....	961
	II – Procedimento do protesto .....	961
	III – Pagamento no cartório de protesto.....	962
	IV – Cancelamento do protesto .....	962
	V – Superveniência de ação rescisória.....	962
	VI – Inscrição em cadastro de inadimplentes.....	962
662.	Cumprimento parcelado da sentença.....	962
<b>Capítulo XLVII – EXECUÇÃO PROVISÓRIA E DEFINITIVA .....</b>		<b>964</b>
663.	Noções introdutórias .....	964
664.	Fundamentos da execução provisória .....	964



665.	Execução de título extrajudicial embargada .....	965
666.	Situação do tema no Código de 2015 .....	966
667.	Normas básicas da execução provisória .....	967
668.	Casos de dispensa de caução.....	970
669.	Novas regras relativas ao cumprimento provisório .....	971
670.	Aplicação subsidiária das regras de cumprimento provisório de obrigação de quantia certa às obrigações de fazer, não fazer ou de dar .....	972
671.	Incidentes da execução provisória .....	972
672.	Processamento da execução provisória .....	973
673.	Prazo para ajuizamento do cumprimento provisório da sentença .....	974
	Fluxograma n. 23 – Cumprimento provisório de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa (arts. 520 a 522) .....	975
	<b>Capítulo XLVIII – COMPETÊNCIA</b> .....	976
674.	Juízo competente para o cumprimento da sentença.....	976
675.	Regras legais sobre competência aplicáveis ao cumprimento da sentença .....	976
676.	Execução dos honorários advocatícios sucumbenciais .....	977
677.	Competência opcional para o cumprimento da sentença .....	978
678.	Competência para cumprimento da sentença arbitral .....	980
679.	Competência para execução civil da sentença penal.....	980
680.	Competência internacional.....	981
681.	Direito intertemporal.....	982
	<b>Capítulo XLIX – TÍTULO JUDICIAL ILÍQUIDO</b> .....	983
682.	Sentença ilíquida .....	983
683.	Execução da sentença ilíquida .....	983
684.	Liquidação de sentença declaratória e de outros títulos judiciais.....	984
685.	Casos de iliquidez da sentença .....	984
686.	Natureza jurídica da liquidação da sentença .....	985
687.	A liquidação e os honorários advocatícios.....	987
688.	Limites da liquidação .....	989
689.	Contraditório .....	990
690.	Liquidez parcial da sentença .....	991
691.	Liquidação por iniciativa do vencido .....	991
692.	Recursos.....	991
693.	Liquidação frustrada.....	992
	693.1. Inviabilidade da liquidação de danos apenas hipotéticos .....	993
694.	Procedimentos possíveis.....	994
695.	Liquidação por cálculo .....	994
696.	Cálculo com base em dados ainda não juntados aos autos .....	996
697.	Memória de cálculo a cargo da parte beneficiária da assistência judiciária.....	996
698.	Memória de cálculo aparentemente excessiva.....	996
699.	Liquidação por arbitramento.....	997

700.	Liquidação pelo procedimento comum .....	998
701.	A indisponibilidade do rito da liquidação .....	1000
702.	Rescisão da decisão liquidatória.....	1001
<b>Capítulo I – EXECUÇÃO DE AÇÕES COLETIVAS.....</b>		<b>1003</b>
703.	Histórico.....	1003
704.	Direito material coletivo e direito processual coletivo .....	1003
705.	Configuração dos direitos materiais tuteláveis pela ação civil pública .....	1004
706.	Ações coletivas possíveis após o CDC.....	1005
	I – Ações coletivas.....	1005
	II – Direitos individuais homogêneos.....	1005
	III – Direitos difusos e coletivos .....	1006
	IV – Procedimento único .....	1006
707.	Coisa julgada.....	1008
708.	Execução.....	1009
709.	Execução coletiva por meio de sindicato ou associação .....	1011
<b>Capítulo LI – DIREITO INTERTEMPORAL NA EXECUÇÃO E NO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA .....</b>		<b>1013</b>
710.	Introdução.....	1013
711.	Cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa contra a Fazenda Pública.....	1014
712.	Título executivo acrescido ao CPC/2015 .....	1015
713.	Alterações no procedimento do cumprimento de sentença.....	1015
	I – Prazo para oferecimento de impugnação ao cumprimento da sentença.....	1015
	II – Multa e honorários advocatícios no cumprimento provisório de sentença.....	1016
714.	Penhora <i>on-line</i> .....	1017
715.	Invalidação da arrematação .....	1018
716.	Protesto da decisão judicial transitada em julgado.....	1019
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>		<b>1021</b>